



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140773 - CE (2021/0001055-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : FRANCISCO JOSE CAJAO HOLANDA (PRESO)
ADVOGADO : GUILHERME JANDERSON MARTINS MADEIRA - CE035029
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
CORRÉU : FRANCISCO ANTONIO DELANO MARTINS CAJAO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FRANCISCO JOSE CAJAO HOLANDA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (*Habeas Corpus* n. 0636424-52.2020.8.06.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente desde 12/11/2018 e foi denunciado pela prática, em tese, do crime de homicídio qualificado na forma prevista pelo art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal.

Sustenta a ilegalidade da segregação cautelar por excesso de prazo na formação de culpa, bem como na reavaliação de sua prisão preventiva.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, em princípio, verifica-se que o afastamento do alegado excesso de prazo encontra-se fundado em motivos pautados pela razoabilidade, bem como pela observância da diretriz enunciada pela Súmula n. 21/STJ, segundo a qual "*pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo da instrução*" (fls. 439-450).

Ademais, a apreciação do excesso de prazo para a manifestação da instância de origem demanda cuidadoso exame dos autos, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória, mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal, o que não é compatível com este exame liminar.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente